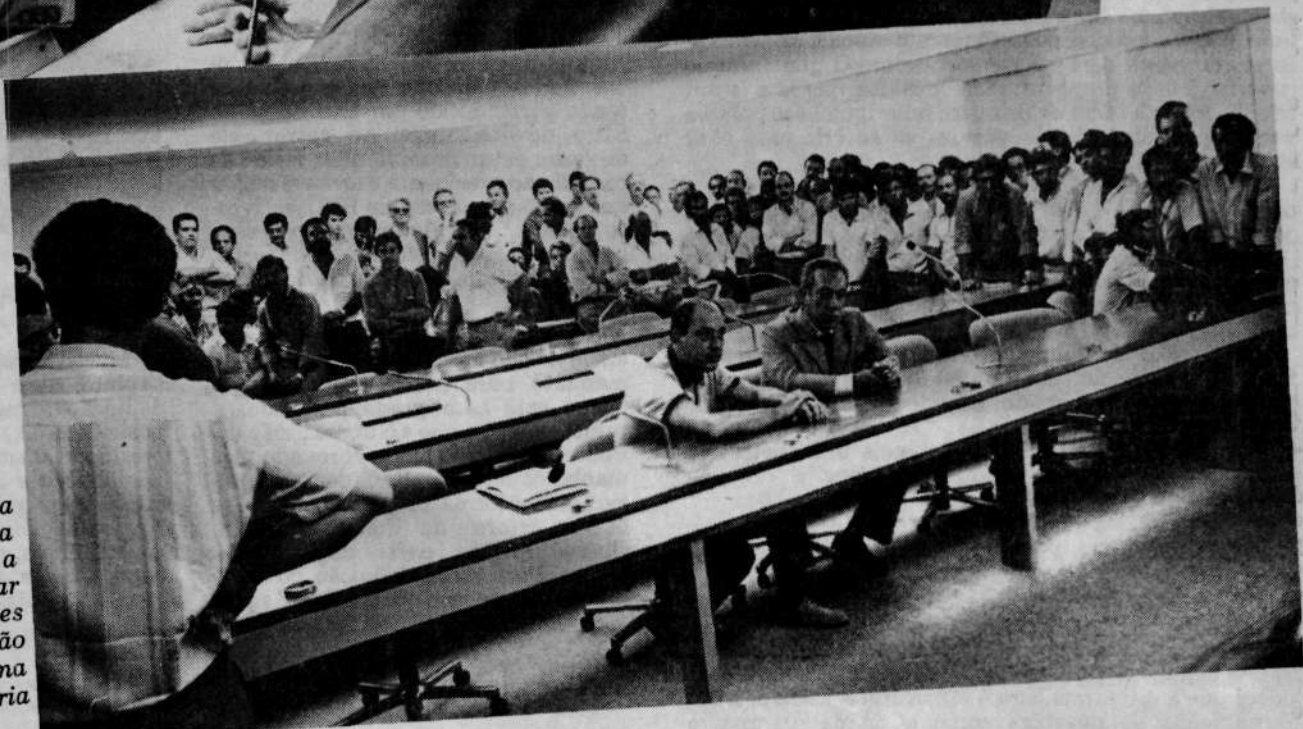




Com uma intensa pauta de votação, a Subcomissão do Poder Judiciário trabalhou durante a tarde



A audiência numerosa chegou a prejudicar as votações da Subcomissão da Reforma Agrária

Constituintes trabalham durante o fim de semana

O prazo fatal para apresentação dos pareceres das subcomissões previsto para, no máximo, até amanhã, obrigou os constituintes a esquecerem a folga do fim de semana e se dedicarem a um intenso trabalho no dia de ontem, que continua hoje, embora apenas três subcomissões tenham trabalhado pela manhã — as demais funcionaram mais para o fim da tarde.

Algumas subcomissões, como a dos Municípios e Regiões, do Poder Executivo e do Poder Legislativo, conseguiram terminar seus trabalhos ainda anteontem embora a Subcomissão do Poder Executivo, pelo conteúdo polêmico do parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), somente tenha concluído os seus trabalhos já às 7 horas da manhã de ontem.

A muito custo, essa subcomissão conseguiu aprovar o parecer do relator, fazendo algumas modificações substanciais à proposta original, como a fixação do mandato presidencial em cinco anos, como quer o presidente José Sarney.

A Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária não conseguiu reunir-se pela manhã — o que aconteceu com a maioria das comissões que tinham programação pela manhã — porque houve muito tumulto provocado por um grande número de pessoas que praticamente invadiu a sala da reunião, interessadas no acompanhamento dos debates. O presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA), passou a sessão para as 16h30m de ontem.

As três subcomissões que efetivamente se reuniram pela manhã para votação dos pareceres dos relatores foram as Subcomissões dos Direitos Individuais, a dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias e a de Saúde, Seguridade Social e Meio Ambiente.

Na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, o parecer do deputado Darcy Pozza (PDS-RS) foi elogiado, e apenas o deputado José Genoíno (PT-SP) fez algumas críticas como, por exemplo, ao fato de o relator não ter avançado tema relacionado ao aborto, colocando a questão para uma decisão posterior na lei ordinária.

A Subcomissão do Poder Judiciário que juntamente com a Subcomissão do Poder Executivo é considerada, na área institucional, como uma das mais polêmicas, não conseguiu se reunir pela manhã, dado o grande número de pedidos de votação em destaque — emendas com votação em separado, sem prejuízo do parecer do relator como um todo — ficando também para fim da tarde a sua reunião, com possibilidade de passar para hoje e até mesmo para amanhã (fim do prazo) a apreciação final do parecer do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP).

Em termos de disposição de trabalho, quem bateu o recorde foi a Subcomissão de Princípios Gerais, intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Solo e da Atividade Econômica; o seu presidente, o deputado Delfim Netto (PDS-SP), marcou o início da discussão do parecer do deputado Virgildásio de Sena (PMDB-BA) para as 20 horas de ontem, com previsão de votação do parecer hoje à partir das 09h30.

Fogaça foi derrotado

A Subcomissão do Poder Executivo aprovou na primeiras horas da madrugada de ontem, por 16 votos contra sete, emenda fixando em cinco anos o mandato do presidente José Sarney. Para isso, uniram-se os deputados integrantes do Centro Democrático PMDB com os do PFL, PDS e PTB, que conseguiram ainda introduzir no sistema neoparlamentarista de governo previsto no parecer do senador José Fogaça um tratamento diferenciado para os ministros militares que ficarão integrando o gabinete do presidente da República, junto com o Gabinete Civil e o titular do Itamaraty.

Os deputados defensores de um mandato de quatro anos tentaram patrocinar a obstrução durante longas horas, tanto assim que o número de emenda ao parecer chegou a 420. Foram mais de dez horas de reunião, nas quais o deputado Miro Teixeira valeu-se de muitos recursos, como questões de ordem e 314 pedidos de destaque, lutando para que a subcomissão não decidisse no prazo estipulado.

Votaram a favor do mandato de cinco anos os seguintes constituintes: Agassiz Almeida, Aloysio Teixeira, Dalton Canabrava, Expedito Machado, Genebaldo Correia, Henrique Eduardo Alves, Jorge Leite, Albérico Filho, do PMDB; Enoc Vieira, Érico Pegoraro, Costa Ferreira, Humberto Souto e Leur Lomanto, do PFL; Bonifácio de Andrada e César Cals, do PDS e Carlos Alberto, do PTB.

E pelos quatro anos: José Fogaça, Jutahy Júnior, Israel Pinheiro Filho, Miro Teixeira e Oswaldo Macedo, do PMDB; Vivaldo Barbosa, do PDT; e Eduardo Bonfim, do PC do B.

Criado o “defensor do povo”

A criação do tribunal constitucional, com poderes de destituir inclusive o presidente da República e seus ministros por violação intencional da Constituição, a caracterização como inafiançáveis dos crimes praticados contra a Constituição, o poder do Congresso confiscar bens de quem enriquecer às custas dos cofres públicos e no exercício de cargo ou função pública e o poder dos eleitores reformar ou emendar a Constituição são os principais pontos aprovados no anteprojeto final — já com emendas — da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas, a primeira a encerrar os seus trabalhos, quinta-feira à noite.

O relator da subcomissão, deputado Nilton Friedrich (PMDB-PR), destacou, também, no capítulo das sugestões complementares a criação das figuras do mandato de segurança coletiva, da iniciativa popular, do plebiscito e do defensor do povo, para garantir o cumprimento da Constituição. Por meio da iniciativa popular, por exemplo,

três décimos por cento dos eleitores de um quinto das unidades da Federação podem apresentar projetos de lei ao Congresso sobre qualquer matéria.

Outra medida considerada imprescindível por Friedrich foi o estabelecimento de um prazo máximo de 180 dias para o Congresso legislar as leis complementares indispensáveis à eficácia da nova Constituição. O mesmo prazo foi dado para a regulamentação pelo Congresso do Tribunal Constitucional, que julgará, entre outras coisas, a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou norma com força de lei e o não cumprimento da Constituição, por omissão de medidas legislativas ou executivas de órgãos do Poder Público.

No art. 27 das Disposições Transitórias, o anteprojeto de Friedrich prega que a nova Constituição seja submetida a referendun popular, tese controversa, que tem voto contrário de muitos parlamentares, temerários de um possível não da população ao texto constitucional proposto.